

DA CIDADE CÚMPLICE À CIDADE INSURGENTE¹

SOBRE O RIO DE JANEIRO, DESDE JUNHO DE 2013



CLARISSA MOREIRA

*Arquiteta urbanista, professora Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal Fluminense*

251

O MAR é...?

Esta interrogação invoca as questões sobre o “amar”, que se tornaram um ritornelo nesses idos de 2013, no Rio de Janeiro – como “Amar é Amarildo”,² frase que circulou nas redes a partir de julho, relido pelo Coletivo Projetação³ e exposto nas paredes da cidade “insurgente”, posteriormente, retomado por Barbara Szaniecki (2013) em seu texto “Amar é a Maré Amarildo”.

Toda a história de uma cidade, de um povo, é resumida ou poderia brotar daí. Através dessas curtas frases é possível refazer, de algum modo, milhares de interligações, conexões, memórias. Às vezes é preciso de pouco, um instante, para se aperceber de todo um quadro ou processo. Só é difícil determinar o que é exatamente esse algo que permite o acesso e a compreensão de processos de vida (e de morte). Isto faz Yuri Firmeza, em *Turvações estratigráficas*, ao se debruçar sobre o jogo do esquecer/lembrar, do esconder/mostrar, ao desenterrar, realizar exumações ou arqueologias; evocando, ao mesmo tempo, o torturar, destruir, enterrar, destruir, o dizimar então realizado, como a arqueologia

interrompida no porto do Rio de Janeiro – e, sobretudo, destruída –, das linhas distintas do cais marcando os vários limites entre o “mar”, o oceano de fato, e a cidade, no momento da passagem das infraestruturas do famoso projeto Porto Maravilha.⁴

Nem corpos de pessoas são poupados, como ensina o assassinato de Amarildo e de milhares de outros, por que a cidade o seria – mesmo a cidade “arqueológica”? É aqui onde Amarildo encontra o MAR, lembrando que quem é inclemente não é tanto o tempo, mas o *status quo* milenarmente reproduzido. Não é só feita de remoções (ou reassentamentos involuntários!) a violência oficial à qual os moradores dos morros e outras “frestas” ou “restos” da cidade sempre estiveram expostos. Os escombros do Morro do Castelo – fundação sobre a qual se edificou o Porto – e a matéria-resíduo das casas demolidas do Morro da Providência – abrindo espaços para o Porto “Maravilha” –, lado a lado no térreo do MAR, são os restos do que já era resto, usando, aqui, o termo evocado pelo artista Felipe Ribeiro, em texto publicado no catálogo da exposição. Esses destroços testemunham destruições e violências que não pertencem ao passado, mas que seguem como práticas atuais e inalteradas apesar do tempo, do absurdo e de tudo o que já foi dito sobre o tema.

252

Ao trazer à luz partes ocultas e subterrâneas da cidade, o que se recupera é a memória viva dos processos – de todo o processo histórico.⁵ Mais que simplesmente lembrar, a operação atualiza esses acontecimentos – não só lembrar, mas verificar, constatar, “sentir” as forças em jogo. O Porto é altamente simbólico por ter sido há muito mais de um século o lugar do indesejado, do tráfico de escravos à Revolta da Vacina,⁶ durante as obras de Pereira Passos, e outras histórias de dores e lutas, como dos soldados ludibriados de Canudos. Certamente, não é um vazio, mas algo vivo, a ser “vivenciado”.

Esse imenso espaço, habitado por vivos e mortos, poderia constituir-se em ocasião de uma nova escrita da história urbana do Rio de Janeiro: mais justa, debatida, construída democraticamente, todo o oposto do processo em curso, onde 75% de terra pública será disponibilizada à altíssima especulação imobiliária, em um projeto que desconsidera os aspectos subjetivos da cidade e suas forças verdadeiramente transformadoras. Possibilidade já fragilizada, quase perdida, de resgatar a alma da cidade, de recriar suas partes, alma já mais que espoliada. Mas para que cuidar do velho corpo de uma cidade, por que não trocá-lo por novos pedaços em tempos tão cirúrgicos, perguntariam os herdeiros da destruição moderna. Entre memórias vivas, mesmo se subterrâneas, e a amnésia das fachadas de vidro, resta sempre a hipótese de encontrar outros possíveis.

O MAR – museu branco e envidraçado – é elemento claramente portador das boas novas da chegada do grande capital imobiliário ao centro de fato, ainda pouco visto. Mas o que o MAR é ou será depende da possibilidade de ocupá-lo a partir do reconhecimento da violência da qual ele é âncora. Que o museu-monumento permita chamar pelo nome tudo aquilo que se extingue ou se mata em nome do processo que ele mesmo coroa ou inaugura. Debates e mostras já iniciados com a exposição Atlas, Suite,⁷ de Georges Didi-Huberman e Arno Gisinger, são um passo nesse caminho. Em *Turvações Estratigráficas*, de Yuri Firmeza, com suas percepções sobre o processo em curso na região do Porto, o Museu se torna canal para a exumação da barbárie urbana secularmente perpetrada no Rio de Janeiro e que hoje se utiliza do próprio Museu para abrir novas frentes de alastramento. Continuar a ocupá-lo por outras lógicas e outras práticas artísticas radicalmente externas ao mercado, inclusive de arte, é o desafio. Pensar formas insubmissas e democráticas de fazer cultura, que se nutram do espaço privilegiado do Porto e de sua força cultural, em termos de história viva do Rio de Janeiro e, sobretudo, como lugar da resistência, é uma necessidade.

De fato, até pouco tempo, propor ou mencionar qualquer outra racionalidade que não a capitalista ou qualquer outro processo de construção que não o oficial era suscitar desprezo ou, no máximo, piedade – daí a impressão de que, por alguns anos, se viveu numa cidade cúmplice até certo ponto, por seu silêncio ou inação ou mesmo pelo sentimento de “impossibilidade”, efeito da lógica única do modo de produção e pensamento dominantes hoje. Mas as lutas iniciadas em junho de 2013, no Rio de Janeiro, vêm varrendo um estado de certeza e consenso estabelecido no contexto político-econômico e urbano carioca. Estado este que se assemelha ao que a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2011, p. 19-34) se refere como “tempos difíceis”, onde um pacto geral e consensual impera, dificultando a constituição de diálogos mais amplos e cuidadosos.

A reflexão sobre territórios da sociedade surgiu do quadro de violência que marca tão profundamente a cidade do Rio de Janeiro, assim como do diálogo, muitas vezes apenas implícito, entre geografia e sociologia. Há, de fato, um diálogo interdisciplinar em construção, nesses tempos difíceis, que resiste a uma análise sistemática. Essa resistência, creio, origina-se do predomínio de acordos tácitos, dos consensos muito rápidos, da tentação pelas grandes sínteses e das imagens impactantes do presente, além da influência do pensamento operacional e pragmático, que desaconselha investimentos intelectuais de maior duração.

Como as lutas poderiam então reintroduzir a questão do dissenso e da diferença no debate urbano e suscitar novos ângulos de análise e ação? Como afetam ou poderiam afetar a forma de pensar a cidade daqui para frente é uma pergunta que qualquer um que se interesse pela cidade e pela cultura precisa se fazer – a questão é claramente coletiva.

Em meio à pesada repressão estatal, a face mais crua do estado de direito no que este guarda de esmagador e coercitivo, não é fácil pensar em outras práticas possíveis, e talvez pareça mesmo utópico sugerir-las, já que, apesar de quatro meses de lutas consecutivas, instâncias concretas de negociação não tenham se estabelecido até o momento. (COCCO, 2013) De fato, vemos os governos recrudescerem posições de não negociação, repressão, criminalização e perseguição política. Essas são formas de ação que pareciam superadas ou exclusivamente aplicadas nos territórios ditos de “não direito” favelas, ocupações e outros que são, de fato, reais manifestações do poder de construir e constituir estruturas potentes de um direito de vida e resistência. Não por acaso tornam-se objetos eternos da truculência e da crueldade subterrânea (ou não) do “Estado”. Atos inclementes que trouxeram de volta memórias amargas vindas de porões da memória coletiva, de lá dos idos de 1964, os quais em geral se busca sempre deixar fechados.

Um tipo relativamente novo do “estado de exceção”, que tem sido apontado pelo urbanista carioca Carlos Vainer, surge, a princípio, com normas, práticas e decisões que se utilizam de suposta urgência para “flexibilizar” as leis – e que figura, a partir de 2009, como processo “a toque de caixa” da construção e da viabilização de um projeto de cidade-sede da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas, claramente elitista e cúmplice do que há de mais retrógrado na forma de construir o espaço urbano. O alijamento promovido pelo projeto de cidade construído sem a mesma é, posteriormente, tornado explícito na vida cotidiana no modo como se procede a retirada de pessoas de suas casas e bairros. De fato, a exceção, como menciona Benjamin (1987, p.226), tem sido a regra desde os primórdios, na história geral. “A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência.”

O processo assume, ainda, forma não menos grave, com a estratégia das operações urbanas consorciadas. Por esse mecanismo se utilizam trechos da cidade para criar valor imobiliário sobre maior direito de construir em locais tornados atrativos devido a grandes obras públicas de infraestrutura – as quais favorecem, sobretudo, as grandes corporações e empreiteiras, a exemplo da operação Porto Maravilha no Rio de Janeiro. Com vários níveis de privatização, desde a manutenção da cidade até sua gestão, o que se produz é a fragilização da noção de bem comum e sua dilapidação efetiva. Neste contexto, o jurista americano Ugo Mattei, na defesa de uma Constituição baseada nos bens comuns, observa que a “tradição constitucional liberal protege o proprietário privado do Estado construtor ao prever uma indenização por expropriação, enquanto nenhum dispositivo

jurídico, e muito menos constitucional, protege o cidadão do Estado neoliberal quando ele transfere para a esfera privada os bens da coletividade”.⁸

No caso do Rio de Janeiro, a euforia inicial com o processo de preparação para os megaeventos deu lugar, pouco a pouco, a uma insatisfação cada dia maior, que já havia sido manifestada nas urnas em 2012. Apesar da aparente cumplicidade, progressivamente o dissenso necessário se instalou e ganhou espaços. Movida pelas ruas ocupadas, a luta pelo “direito à cidade” deixou de ser uma questão discursiva, apelo ou lamento de pesquisadores e profissionais da área e passou a ser prática direta. Ganhou corpo na forma policrômica das ruas e se potencializou, principalmente, através da cor negra ou “black”.

No entanto, o consenso segue sendo a meta dominante e é continuamente buscado pela diluição/desqualificação dos conflitos pela mídia. Por isso, ao se insurgir é necessário que a cidade produza seu próprio conhecimento, pensamento, novidade. Habilitar outras palavras para novas práticas e mundos: devir, multidão, comum. Conceitos oriundos de uma filosofia que se constrói a partir da diferença – a que habita o dissenso e que motiva as lutas quando ameaçada de enquadramento, normatização, homogeneização, “pacificação” geralmente baseada em ameaça e medo. Mas é também esperado que tal processo se choque com enormes obstáculos: grandes mídias propagadoras de medo, intolerância, incompreensão, desconhecimento. E, pior, alucinação, ocultação, distorção constante. E, por fim, as forças armadas.

255

No Rio de Janeiro dos megaeventos isso é claro – se há alguma vida criadora nesses mecanismos dominantes, é certamente vinda de alguém que se debate ou se infiltra nas entranhas do processo, resistindo dentro do aparelho ganancioso do “Estado privatizado”. Todo o resto é, como disse Caetano Veloso, em artigo sobre a Aldeia Maracanã para o jornal *O Globo*,⁹ apenas vulgaridade, projetos e obras claramente autoritários, superfaturados, feitos segundo uma estética globalizante, inspirada nas mesmas fontes de sempre, sem maior interesse, sem grandes surpresas, senão a de tamanha repetição de uma política já comprovadamente falha, sem ganhos senão os financeiros dos grandes promotores.

Nesses tempos que têm se constituído em exemplo das maiores expressões do desejo de construção da vida urbana e seus possíveis, como talvez nunca antes se pôde vivenciar, parece oportuno e necessário repensar escolhas, rever o projeto de cidade de modo extremamente crítico, principalmente o projeto cotidiano, aquele com o qual de fato vivemos no Rio de Janeiro.

Opressão, dominação, privilégio e exclusões acompanham a história das cidades até aqui. Um grau acentuado de delírio domina o pensamento urbano carioca

certamente desde Pereira Passos (desmontes de morros com destruição do lócus de fundação da cidade, como o Morro do Castelo, por exemplo). O mesmo processo continua notadamente a partir de meados do século XX, quando o chamado “rodoviarismo” desfigurou o espaço urbano, acompanhado da verticalização possibilitada por uma legislação urbana ainda vigente, que fragilizou a vida na rua em grande parte da cidade. O desejo de impor, controlar, organizar e, mais recentemente, pacificar foi a tônica. Nos últimos anos, o discurso de controle urbano mudou, substituído por uma leitura mais de acordo com o espírito provisório e incerto que se buscou instalar na contemporaneidade, mas ainda excessivamente comprometido com as formas de atuação e exploração do capital financeiro mundial. Afinal, de onde vem a principal fonte de incerteza senão do grande cassino que é o mercado financeiro? Com Rem Koolhaas e seu manifesto de retomada do urbanismo, foram lançadas bases “espirituais” de uma prática acrílica, que segue até a proposta direta de uma suposta irresponsabilidade da qual os urbanistas deveriam desfrutar.¹⁰ Ainda não se pode precisar o impacto dessas ideias no Brasil, mas, de todo modo, elas revelam um “espírito do tempo” que parece verificável na prática do urbanismo contemporâneo mundial, com a exceção relativa do urbanismo europeu. O ataque é claramente ao pensamento mais protetor da cidade existente, ainda dominante na escola europeia e que, certamente reduz as possibilidades do mercado de arquitetura e urbanismo. É nesse contexto que o urbanista ironiza a geração de maio de 1968, que, segundo ele, por excesso de consciência e nostalgia, teria matado o urbanismo.

Curiosamente, nesses tempos cariocas voltam ares de maio de 1968 na França, pela reconquista das ruas e pelas perspectivas que essas abrem para pensar a cidade. O tema volta a ser o da cidade vivida, como nas décadas de 1960 e 1970. Mas, hoje, com o questionamento sobre como reaver/reconstituir o “comum” da cidade e da vida urbana: tudo aquilo que é compartilhado e pelo qual lutamos, que nos diz respeito como coletividade, nos afeta, nos une, nos comove ou nos é necessário – uma praça, um bairro, um direito, uma forma de vida ou milhares. Ou seja, aquilo que na vida coletiva é produtor, fundamentalmente, de diferenças, subjetividades múltiplas, resistências.

Neste sentido nos perguntamos como fica o urbanismo na perspectiva de uma cidade insurgente. Mas a pergunta é lateral. O fundamental é saber como esse campo pode atuar ou cooperar na reapropriação do “comum” espoliado. O primeiro passo foi dado: negar-se a que pensem e ajam em nome do coletivo, desconstruir a representação, reduzir poderes e privilégios dos “representantes”, mantê-los sob perpétua vigilância, aumentar as modalidades de influência direta. Enfim, que o coletivo governe, antes de tudo. Mais que participar, é seguir criando alteridade, garantir e ampliar os espaços para as produções diversas,

principalmente as minoritárias. Recusar a forma do lucro máximo – encontrar novas motivações de construir, novas paixões que mobilizem a força construtiva ao erigir/constituir uma cidade. Lembrar que tantas cidades foram construídas sob o jugo de outros deuses e de outras paixões que não o lucro-máximo-rápido -a-qualquer-preço. Impossível colher ganhos reais quando para conquistá-los se mobiliza tantos sofrimentos, crimes, injustiças.

Recusar ainda a violenta opressão como modo de governo, utilizada no Brasil desde os primórdios e retomada ao menor sinal de dissenso. A exposição clara dessa face estatal é útil para que se reconstitua de fato um mecanismo de respeito aos direitos, à cidadania e às diferenças. Perceber que a face branda dessa opressão é a utilização do marketing como modo de comunicação de suas ações. No lugar do controle, homogeneização dos espaços, formas e ideias, ocupar e garantir os meios de interferir e disputar a transformação da cidade.

Expor o nível de comprometimento do poder público com interesses privados nacionais e internacionais tem sido outro efeito potente e necessário da ocupação das ruas, além do revigoramento e da retomada de debates intelectuais e políticos que haviam sido propositalmente esvaziados ao longo do tempo.

O fortalecimento, a ampliação, o amadurecimento de modos de disputa, reflexão e luta pela construção da cidade e da vida coletiva, ativando novas gerações dotadas de outros talentos e olhares, abrem caminho para refundar o modo de construir o espaço urbano, reconquistá-lo efetivamente, alterar o quadro urbano secular, talvez milenar, onde a cidade sempre concretiza as formas de exploração em curso.

Ao ganhar as ruas, é, portanto, da vulgaridade que a recuperamos. A cidade insurgente escapa da cidade vulgar e cúmplice, da cidade vendida que se construía quase sem resistência, a golpes de *marketing*. Ventos novos nos trouxeram de volta o Rio de Janeiro em seu melhor espírito indomável – de fato, na luta, se percebe que apenas debater ou argumentar não funciona. Quebrar, gritar, ocupar, chegar a ferir-se. Expor seu próprio corpo à violência calculada da repressão. Seu próprio corpo, o corpo de um filho, de uma filha, cintilantes nas ruas da cidade, num movimento que evoca a fala de Didi-Huberman, retomada por Paola Berenstein Jacques (2012, p. 22) em seu *Elogio aos errantes*. “Devemos portanto [...] nos tornar vaga-lumes e, assim, formar novamente a comunidade do desejo, a comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos a transmitir. Dizer sim na noite atravessada de lampejos e não se contentar em dizer o não da luz que nos ofusca.”

Resistir é também reconstituir pacientemente e, por vezes, radicalmente reconquistar os espaços nunca estáveis do respeito à alteridade, da persistência do co-

mum como algo inalienável, da reversão da cidade como concretização da opressão de muitos por poucos. Luta perpétua para ultrapassar processos já exauridos, encontrar o “para além” dos caminhos já trilhados – nesse para além, repensar as ferramentas de projeto do porvir urbano como algo necessário, e também as formas de interferência direta. O desejo é que a multidão se invista cada vez mais na decisão quanto ao seu espaço de vida e a maneira de transformá-lo e perceba que o como fazer importa, que a forma da cidade potencializa ou mata. E que precisamos atentar para isso.

Ao fazer pensar no processo de destruição/construção da cidade expondo suas entranhas e seus “restos”, Yuri Firmeza força a pensar sobre o próprio Museu, seu lugar e seu papel. Neste sentido, quais as possibilidades de o MAR – museu-âncora do processo de revalorização imobiliária dos bairros mais antigos da cidade – criar potências, inclusive críticas e transformadoras, algo bem distinto de ser um depósito das insurgências já despotencializadas ou mortas. Nisso esta reflexão se conclui com o texto que a abre:

“Ora o que caracterizaria, na contemporaneidade, o trabalho e a arte biopolítica, afirmação da potência da vida? Negri considera que o trabalho biopolítico é um happening multitudinário que se abre ao comum. Mais do que ‘arte’ no sentido que o campo legitimado atribui ao termo com suas categorias, o que Negri parece procurar apreender é o ‘artístico’ do trabalho contemporâneo. Mas não deixa de refletir sobre um estilo artístico atravessado pela ética. Este exigiria, numa primeira etapa, um mergulho no movimento infinito dos corpos e dos eventos que nos circundam; numa segunda etapa, reflexiva, a imersão anterior da singularidade na multiplicidade do enxame encontra o amor – força que se forma no encontro do conatus e da cupiditas. E finalmente, numa terceira etapa, sempre tendo em vista a homologia entre a natureza operativa do imaterial (cognitivo, cultural, criativo, afetivo) e a formação dos enxames, o comum que se desenvolveu em formas artísticas deve agora ser encarnado numa decisão coletiva. O sublime aqui, sempre segundo Negri, é o agir ético na constituição de um telos multitudinário. A Maré Amarela que se configurou nos últimos meses numa multiplicidade de linguagens nas redes e nas ruas é o ‘artístico’ do trabalho biopolítico na metrópole carioca que, diante dos paradoxos e perigos do momento, deve dar sentido ético às nossas decisões coletivas e à nossa vida comum. Essa arte da multidão, para os dias por vir, consistirá em manter esta conexão ativa, ligada, intensa.” (SZANIECKI, 2013)

“Ocupar o MAR” destas outras manifestações dissidentes e insurgentes é realizar um laboratório do que se terá que enfrentar para todo o Rio de Janeiro pós-megaeventos. Como apropriar essas estruturas, como desviá-las da lógica inicial, é o que precisa ser feito por toda parte, do

Porto Maravilha ao Parque Olímpico. Todo o Rio precisará ser ressignificado e, igualmente, reapropriado pelos seus viventes.

[Saindo da exposição de Yuri Firmeza, ao atravessar a escuridão eloquente da exposição vizinha, onde o tema é repressão e abuso, o térreo do MAR parece cheio de uma dor lancinante. Uma outra dor reaparece mais tarde na fala de um morador do Porto ao mencionar o avançado processo de desaparecimento de seu lugar de vida por 40 anos. Ao ouvir e ver a alegria da avó que cantava *É hoje*, famoso samba-enredo da União da Ilha do Governador, de 1982, me lembrei da Rocinha indo há pouco tempo visitar um outro governador.¹¹ Dias melhores virão]. ┐

¹ Texto apresentado oralmente no Seminário Escavar nas Superfícies realizado no MAR, Rio de Janeiro, em outubro 2013. Agradecimentos a Paola Berenstein Jacques, Bruno Stehling e Bruno Cava pela releitura e sugestões.

² Amarildo de Souza, morador assassinado da Rocinha, cujo corpo segue desaparecido desde julho de 2013, após ter sido levado “para verificação” por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora dessa comunidade. Ver: <<http://oglobo.globo.com/rio/a-rocinha-quer-saber-onde-esta-amarildo-9156093#ixzz2iUNqX-j1N>>. Acesso em: 10 out. 2013.

³ A novidade dos últimos protestos realizados no Rio de Janeiro são as projeções em prédios e veículos. Um dos responsáveis por esse tipo de intervenção é o Coletivo Projetação. A ideia surgiu a partir das críticas ao movimento por sua suposta falta de pautas políticas. Para provar que não é o caso, o grupo, formado por comunicadores, designers, mé-

dicos e advogados, resolveu projetar imagens que deixassem evidentes as reivindicações dos manifestantes durante os atos. Assim, o recado está dado e ilustrado. Manifestações ilustradas. Ver: <canalibase.org.br/manifestacoes-ilustradas/>. Acesso em: 10 out. 2013.

⁴ “Mas quem quiser conhecer o percurso dos trapiches, na Rua Sacadura Cabral, tem que ir logo ver. Ao que parece, a opção foi a de destruí-los, para dar lugar à passagem dos novos serviços de drenagem da área.” Rabello, S. Porto é maravilha debaixo da terra. Blog Sonia Rabello, 7 maio 2012. Ver: <soniarabello.com.br/porto-maravilha-e-maravilha-debaixo-da-terra/>.

⁵ Em dissertação de mestrado sobre o Porto, em 2002, propus a amnésia, a exemplo do filme homônimo de Christopher Nolan (no original, *Memento*, Estados Unidos, 2000), como fenômeno na história do pensamento urbanístico que estaria associado ao desejo de tábula rasa/

destruição total do existente. A amnésia se contraporia à tatuagem, como desejo de reter no próprio corpo a memória dos acontecimentos, e estaria associada aos processos de preservação da memória coletiva através da “patrimonialização” de objetos ou trechos da cidade.

⁶ A Revolta da Vacina ocorreu em função de medidas sanitárias aplicadas arbitrariamente (pessoas eram vacinadas à força). Segundo jornal da época, “tiros, gritaria, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados às pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatória proposto pelo sanitarista Oswaldo Cruz”. (GAZETA, 1904)

⁷ Exposição ocorrida de maio a agosto de 2013, consistindo em apresentação de ensaio fotográfico de Arno Gisinger, realizado a convite de Georges Didi-Huberman, de imagens tomadas no contexto da exposição Atlas, em Hamburgo, na Sammlung Falckenberg, em 2011.

⁸ “Como proteger a propriedade coletiva enquanto os governos liquidam os serviços públicos a preço de banana e dilapidam os recursos naturais para, por exemplo, ‘equilibrar’ o orçamento? Forjada no mundo anglo-saxão e desenvolvida em países em que o Estado é pouco centralizado, como a Itália, a noção

de ‘bem comum’ propõe superar a antinomia entre propriedade pública e propriedade privada. Quando um Estado privatiza uma ferrovia, uma linha de transporte aéreo ou um hospital, gera concessões para a distribuição de água potável ou vende universidades, ele está expropriando a comunidade de uma parte de seus bens – expropriação análoga à realizada sobre a propriedade privada quando o Estado deseja construir uma estrada ou qualquer outra obra pública. Nos processos de privatização, o governo vende algo que não pertence ao Estado, e sim a cada membro da comunidade, da mesma forma que, quando desapropria um terreno para construir uma estrada, adquire por coerção uma propriedade que não é sua. Isso quer dizer que qualquer privatização empreendida pelo poder público – representado pela autoridade do momento – priva cada cidadão de sua cota do bem comum, exatamente como no caso de uma desapropriação de bem privado. Porém, com uma diferença de escala: a tradição constitucional liberal protege o proprietário privado do Estado construtor ao prever uma indenização por expropriação, enquanto nenhum dispositivo jurídico, e muito menos constitucional, protege o cidadão do Estado neoliberal quando ele transfere para a esfera privada os bens da coletividade. (MATTEI, 2011) Ver: diplomatie.org.br/artigo.php?id=1065

⁹ <jb.com.br/rio/noticias/2013/01/20/aldeia-maraca

na-caetano-veloso-critica-vulgaridade-da-administracao-estadual/>

¹⁰ “Para sobreviver, o urbanismo terá que imaginar um novo Novo. Liberado de suas tarefas atávicas, o urbanismo redefinido como modo de operar sobre o inevitável irá atacar a arquitetura, invadir suas trincheiras, afastá-la de seus bastiões, minar suas certezas, explodir seus limites, ridicularizar suas preocupações com matéria e substância, destruir suas tradições, desmascarar seus profissionais. O que parece ser a falência do urbano oferece uma oportunidade excepcional, um pretexto para a frivolidade nietzscheana. Temos que imaginar 1001 outros conceitos de cidade; temos que assumir riscos insanos; temos que ousar ser totalmente acrílicos; temos que engolir fundo e conceder perdão a torto e a direito. A certeza da falência deve ser o nosso gás/oxigênio, a nos provocar riso; a modernização, nossa droga mais potente. Como não somos responsáveis, temos que nos tornar irresponsáveis. Numa paisagem de crescente utilitarismo e impermanência, o urbanismo não é mais nem tem que ser a mais solene das nossas decisões; o urbanismo pode se tornar mais leve, uma Gay Science – Lite Urbanism. E se nós simplesmente declararmos que não há crise – redefinirmos nossa relação com a cidade não como criadores mas como meros sujeitos, como seu esteio.” (KOOLHAAS, 1995)

¹¹ Na tarde do dia 25 de junho de 2013, uma manifestação constituí-

da principalmente por moradores da Rocinha se formou na principal via de acesso da favela e caminhou até a residência do governador Sérgio Cabral, no Leblon, onde permaneceu concentrada. Outras manifestações ocorreram durante os meses seguintes.

/

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ALDEIA Maracanã: Caetano Veloso crítica “vulgaridade” da administração estadual. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/01/20/aldeia-maracana-caetano-veloso-critica-vulgaridade-da-administracao-estadual/>>. Acesso em: 1 jun. 2014.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 226.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (Org.). *Até o último homem – visões cariocas da administração armada da vida social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

COCCO, Giuseppe Mario. *Brasil de Fato*. Entrevistador: para Patricia Benevenuti. 2013. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/26414#UmbRWHj0k1C.facebook>>. Acesso em: 22 out. 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobre-vivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 nov. 1904.

JACQUES, Paola. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.

KOOLHAAS, Rem. *O que aconteceu com o urbanismo*. Tradução: Ana Luiza Nobre. [S.l.: s.n.]. 1995. Disponível em: <facebook.com/xbienalदारquitetura/posts/193935237444314>. Acesso em: 10 out. 2013.

MATTEI, Ugo. Por uma Constituição baseada nos bens comuns, *Le Monde Diplomatique*, 2011. Disponível em: <diplomatie.org.br/artigo.php?id=1065>. Acesso em : 1 dez. 2011.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. da (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 19-34.

SEGRE, Roberto. Rio de Janeiro, século 21: *Atualidade do Plano Agache (1927-1930)*. Vitruvius, Rio de Janeiro, 10 mar. 2010.

SZANIECKI, B. *Amar é a Maré Amarelo: multidão e arte*, RJ 2013. Brasil Global, set. 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/amar-e-a-mare-amarildo-multidao-e-arte-rj-2013/>. Acesso em: 10 out. 2013